



CONGRESSO NACIONAL

MPV 301

00001

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | | |
|--|--|-----------------|-------------------------------------|---|
| Data | Proposição Medida Provisória nº 301/06 | | | |
| Autor DEPUTADO LUIZ CARLOS | nº do prontuário | | | |
| 1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva | 2. substitutiva | 3. modificativa | 4. <input type="checkbox"/> aditiva | 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global |

Suprimam-se os §§ 2º, 3º, 4º, 5º, 7º e 8º do Art. 2º da Medida Provisória nº 301, de 2006.

JUSTIFICATIVA

A obrigatoriedade de o servidor renunciar às incorporações de vantagens pecuniárias relativas ao tempo de serviços prestado à Administração Pública (anuênios); decorrentes do exercício de função comissionadas (quintos ou proporcional); e outras em face de decisões judiciais transitadas em julgado, todas denominadas "vantagem pecuniária nominalmente identificada" é medida oriunda do Poder Executivo extremamente inconstitucional, porquanto fere o princípio do direito adquirido, que, aliás, o STF vem pacificando no sentido de que essas vantagens já incorporaram ao patrimônio do servidor, não podendo, portanto, serem subtraídas de seus contracheques. Ademais, no mérito, é injusta, eis que o Governo tenta congelar, como de fato o fez nessa MP, a remuneração de quem ganham um pouco a mais para serem alcançados pelos que ganham um pouco a menos, ou seja, objetiva igualar a massa do funcionalismo predominante em quantitativo, tonando-os mais pobre economicamente.

Sala das Sessões, em de de 2006

(Assinatura)

